

O Estado e o Capital Estrangeiro no Brasil: A Crise Dos Anos 70

GUIDO MANTEGA

O grande fluxo de capital estrangeiro, dirigindo-se para a indústria de transformação, inaugurava, a mais de duas décadas atrás uma nova fase na acumulação de capitais no Brasil. Em pouco tempo os monopólios estrangeiros constituíram os setores mais dinâmicos da economia brasileira passando a ostentar as maiores taxas de crescimento do país.

A imigração dos monopólios estrangeiros para um país que já contava com as condições de ampliação da escala de reprodução do capital, permitiram-lhe o salto para a etapa monopolista de acumulação.

Decorridos mais de 20 anos do início do novo estágio de acumulação, a sociedade brasileira colhe os frutos de um “desenvolvimento” orientado pelos interesses da grande burguesia monopolista. As consequências do alto grau de dependencia e das distorções economicas, causadas pela supremacia do grande capital sobretudo proveniente dos países desenvolvidos, conduziram o país a beira de uma séria crise economica cujos desdobramentos podem provocar alterações na correlação de forças entre as classes, suas frações e principalmente entre o capital estrangeiro e o capital brasileiro.

Nosso intuito é salientar alguns aspectos da acumulação monopolista no Brasil, o papel de “alavanca” ocupado pelo Estado nessa acumulação, sua performance político-economica nos anos recentes e a crise que atinge o país na atualidade.

Se bem tenha sido a vinda dos monopólios estrangeiros que proporcionou um impulso qualitativo na acumulação de capital do país, o Brasil dos anos 50 já apresentava as condições para a passagem ao estágio monopolista de acumulação.

Quando verificou-se o grande fluxo de capitais estrangeiros para a indústria de transformação, já existia no país um amplo parque industrial de pequenas e médias empresas, de propriedade da burguesia local, voltadas principalmente para a produção de bens de consumo não duráveis, destinados ao consumo interno. Ainda nessa época a agricultura ocupava

um papel economico de relevo e se dedicaba sobretudo a produção para a exportação, aportando as divisas que permitiam tanto atender as importações demandadas no país, como capitalizar o nascente setor industrial. As poucas indústrias de transformação estrangeiras já existentes, somadas a um punhado de grupos monopolistas de propriedade nacional, não chegavam a caracterizar uma escala monopolista de acumulação.

Por outro lado havia no país abundancia de força de trabalho cuja expansão se devia aos altos índices de crescimento demográfico (cerca de 2,5% ao ano) e à grande imigração rural.

Os monopólios estrangeiros voltaram a estrutura produtiva brasileira em direção aos seus interesses, tornando o sector de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.) e os ramos indústrias a ele conexos (borracha, plasticos, vidro, auto-peças, material elétrico, etc.) os segmentos com maior capacidade de acumulação de toda a economia, promovendo a alocação de recursos produtivos de acordo com a sua conveniencia.

Note-se que, em termos de magnitudes absolutas, esses segmentos monopolistas não chegam a constituir os setores mais importantes da economia mas, no confronto do capital investido em relação ao valor apropriado, tornam-se a facção privilegiada do capital.

Tal se deve às características monopolistas desse setor, que o habilitam a se apropriar não somente do valor criado no decorrendo seu próprio processo produtivo, com também de parte do valor gerado nos segmentos concorrenciais e no setor produtivo estatal.

Os segmentos mais modernos da economia brasileira possuem a tecnologia mais avançada, as maiores composições orgânicas do capital, as maiores escalas de produção e amplo acesso aos recursos financeiros internos e externos, características estas que lhes possibilitam uma política de preços monopolistas, de modo a apropriar valor dos segmentos concorrenciais do capital.

Nesse contexto assume relevância o papel preenchido pelo Estado. Este aumenta consideravelmente não apenas suas funções de coordenação e regulamentação como também passa a desempenhar importante papel no consumo e na produção efectuadas no país.

Desde o início da acumulação de capital no Brasil, o Estado intervem marcadamente nos assuntos economicos, tarefa esta que vai se acentuando a partir de 1930, quando começa a tomar folego a industrialização do país.

Com o advento da acumulação monopolista, o Estado amplia o sistema financeiro sob seu controle,¹ de acordo com políticas que vão propiciar a alocação de recursos mais conveniente para o grande capital.

Ganham relevo a esse respeito as políticas fiscais, cambiais e crediticias, que põem em prática um sem número de isenções fiscais e alfandegárias e concedem subsídios de toda a espécie, canalizando a grosso das poupanças locais e dos recursos obtidos no exterior para a capitali-

zação dos grandes monopólios e para a expansão dos empreendimentos estatais a seu serviço.

A reforma do sistema financeiro ganha relevo a partir de meados dos anos 60 com a ampliação do crédito para a produção e para o consumo de bens de consumo duráveis como automóveis e electrodomésticos.

Desempenharam papel relevante nesse processo as políticas salariais que, a partir do *putsch* de 64, convergiram no sentido de diminuir o salário real dos trabalhadores, de modo a permitir uma constante elevação da taxa de mais valia. No período que vai de 1959 a 1970, o salário real sofreu uma queda de mais de 30%² (DIEESE).

Ve-se pois que o papel de coordenação e regulamentação que o Estado vem cumprindo no Brasil, tem permitido a elevação das taxas de lucro do grande capital.

Naturalmente essas funções não se esgotam na alocação de recursos já existentes mas abrange também a drenagem de parte do valor gerado nos segmentos menos privilegiados do capital. Isso ocorre pela manipulação dos recursos que são retirados constantemente da sociedade como um todo, e em seguida canalizados para os monopólios, por intermédio dos mecanismos já mencionados (incentivos fiscais, isenções de impostos e taxas, subsídios, etc.).

Mas processo de acumulação em fase avançada, num país de capitalismo incipiente como o Brasil, exigiu que o Estado tomasse a si o encargo de preencher diversas lacunas que entremeavam sua estrutura produtiva. Coube a ele a tarefa de providenciar a implantação de uma vasta infraestrutura de serviços condizentes com os padrões de consumo impostos pela produção de bens de consumo duráveis.

Mas, além disso, existe uma outra função de relêvo, desempenhada pelo Estado que justamente constitui o aspecto de distinção entre a intervenção estatal brasileira em relação aos outros países capitalistas. A peculiaridade reside no fato de que o Estado brasileiro passa a atuar como produtor direto em grande escala, tornado-se um dos grandes responsáveis pela formação bruta de capital do país. Não que essa tendência seja estranha aos países capitalistas pois, quando a acumulação de capital atinge níveis mais elevados, o Estado deve tomar a si os empreendimentos de maior composição orgânica, para impedir que estes aviltem as taxas de lucro do sistema econômico. Na verdade, o traço distintivo encontra-se no vulto que tomaram os investimentos produtivos sob controle estatal em face dos empreendimentos privados.

Em 1969 o governo como um todo (investimentos infraestruturais + investimentos das empresas estatais) foi responsável por mais de 60% do investimento fixo do país sendo que às empresas estatais coube quase a metade dessa parcela.³

Mesmo em termos de despesas governamentais o caso brasileiro apresenta dimensões superiores aos outros países capitalistas no mesmo estágio de desenvolvimento. Segundo Baer (e outros) a maioria dos estudos internacionais (sob a forma de *cross-section*) tem mostrado que a

relação despesas do governo | PNB (Produto Nacional Bruto) situa-se entre 22 a 25% na maioria dos países capitalistas, enquanto no Brasil a relação despesas do governo | PIB (Produto Interno Bruto — infelizmente os dados não se referem ao PNB como no caso dos estudos internacionais) atingia, em 1969, a cifra de 32,2%, excluídas as despesas efectuadas pelas empresas estatais.⁴

Ocorreu que a implantação de um complexo industrial de bens de consumo duráveis e as indústrias de seu efeito multiplicador geraram uma crescente demanda de insumos básicos, serviços de infraestrutura e, conseqüentemente, de bens de capital que, caso não alimentado poderia estancar a expansão econômica do país. Enquanto os grandes cartéis internacionais de bens de capital se encarregavam de fornecer máquinas e equipamentos via exportações de suas matrizes, localizadas nos países desenvolvidos, coube ao Estado providenciar parte dos insumos básicos e matérias primas requeridos pelas novas empresas. Estes empreendimentos não ofereciam atrativos aos capitais privados seja devido ao vulto dos investimentos e ao longo prazo de maturação, seja por causa da escala mínima de dimensionamento que, no caso de países de capitalização incipiente como o Brasil, exige que as empresas operem com capacidade ociosa pelo menos durante os primeiros anos de atividades.

Assim os empreendimentos estatais localizam-se sobretudo, em ordem decrescente da importância, nos setores de Energia Elétrica, Química, Siderurgia, Comunicação (Rádio, televisão, telefones), Transporte (Ferroviário, Rodoviário, Aquaviário) e Mineração.

O Estado implantou diversas usinas hidroelétricas para atender a nova demanda criada pela expansão industrial e principalmente pelo crescimento da Construção Civil. Esta, além de se expandir em virtude do plano governamental de incentivo a construções residenciais (especialmente a partir da criação do Banco Nacional de Habitação, uma das instituições financeiras mais poderosa do país em volume de recursos), cresceu graças às encomendas estatais de pontes e estradas para viabilizar a expansão do transporte rodoviário, "incentivado" pela indústria automobilística. A Construção Civil beneficiou-se ainda com as inúmeras encomendas do Estado para a construção de hidroelétricas, usinas siderúrgicas, etc., como também recebeu várias encomendas para a construção de indústrias privadas. O governo brasileiro estabeleceu o monopólio da exploração de petróleo em 1953 e, através da Petrobrás, criou uma rede de exploração, refino e distribuição de combustíveis para saciar a sede da indústria automobilística em constante expansão. Essa empresa tornou-se a maior do país seja em termos de faturamento, como de patrimônio líquido e é responsável pela quase totalidade dos investimentos estatais no setor químico. Na verdade a exploração de petróleo não pode ser considerada uma atividade pouco atraente para a iniciativa privada. Por isso, as razões que motivaram a presença estatal nessa atividade não foram de ordem econômica mas assumiram caráter político, enquanto a governo que instituiu tal monopólio⁵ objetivava garantir

o contróle nacional da exploração e suprimento do petróleo. Para que as grandes companhias internacionais do ramo desistissem dos altos lucros que poderiam advir da exploração do petróleo brasileiro, foi preciso a firme determinação do presidente Vargas sustentado por uma ampla mobilização popular. Mas agora, no Brasil, o monopólio estatal da exploração do petróleo já faz parte da história. Em 1975 essa legislação foi alterada e já é permitida a exploração de petróleo por parte de empresas particulares através dos chamados "contratos de risco".

Ainda sob o controle do Estado foram implantadas gigantescas usinas siderúrgicas com o fito de fornecer ferro e aço para a indústria automobilística, indústria metalúrgica, Construção Civil, etc.

No setor de mineração o Estado possui uma participação quase monopolista, atuando através da gigantesca Companhia Vale do Rio Doce, que se dedica principalmente à extração de mineiro de ferro. A participação estatal nesse ramo de atividade também não pode ser atribuída a fatores de ordem econômica pois sempre houve interesse de grupos privados, principalmente estrangeiros, em efetivar a extração mineral. Mais uma vez, a semelhança do caso do petróleo, trata-se da exploração de recursos esgotáveis do sub-solo, cuja extração por parte de empresas estrangeiras tende a despertar antipatias dentro do país. Deve-se salientar que apesar da CVRD operar com taxas de lucratividade equiparáveis aos lucros das grandes empresas do país, o fato de que mais de 80% de sua produção destina-se ao mercado externo,⁶ faz-se com que o onus dos lucros monopolistas não recaia sobre o sistema econômico nacional.

O vulto adquirido pelos empreendimentos produtivos estatais no Brasil, em termos de formação bruta de capital, tem sido interpretado por alguns analistas como o resultado de "políticas Keynesianas" onde o objetivo principal a ser alcançado seria o de ampliar a demanda agregada e propiciar um aumento das taxas de crescimento da economia. Se a primeira vista as altas taxas de investimento alcançadas pelos empreendimentos estatais parece apontar nessa direção, uma análise mais minuciosa obriga a concluir que, o Estado, como produtor direto, cumpre primordialmente a um objetivo: fornecer valores de uso imprescindíveis para a viabilização da acumulação em escala ampliada.⁷

Essa hipótese é comprovada pelo simples fato de que, os insumos básicos produzidos pelo Estado continuam insuficientes para atender a demanda do setor privado, haja visto o grande peso desses produtos na pauta de importações. Assim, a rigor, o investimento estatal deveria ser ainda maior para satisfazer a contento o setor privado.

Portanto a natureza da intervenção estatal na economia brasileira não pode ser derivada da simples comparação entre o vulto de seus investimentos e o empreendimento privado. Importa antes de mais nada saber o que produz o Estado e para quem o faz.

Poder-se-ia, por outro lado, afirmar que o empreendimento produtivo estatal objetiva pura e simplesmente ampliar a influência econômica do "capital estatal" e prover sobretudo à sua máxima valorização?

A aceitação dessa hipótese conduz à conclusão de que o empreendimento estatal opera segundo a lógica do capital. Eis que o lucro máximo ditaria a sua "rationale".

O fato de boa parte das empresas estatais brasileiras terem passado, a partir do golpe militar de 1964, a operar com lucros, induziu alguns analistas à conclusão do surgimento do "capital estatal". Essas empresas seriam geridas por uma nova camada social formada por "managers" que dirigiriam essas empresas à semelhança de seus pares do setor privado. Se bem esses gerentes não possuam a propriedade do empreendimento, exerceriam o pleno controle das decisões e orientariam a performance de seus investimentos conforme as regras de mercado, norteados pelas máximas do lucro e da expansão.

Na verdade, se é inegável a existência de inúmeros pontos em comum entre a empresa estatal e a empresa privada, especificamente no que tange ao aspecto organizacional de ambas as empresas, no sentido de que tanto uma como outra devem procurar os insumos mais baratos, utilizar as técnicas mais adequadas, operar na escala de produção mais conveniente, enfim fazer a melhor escolha dos meios de produção, existe uma diferença fundamental a distinguir esses dois tipos de atividades.

Enquanto a empresa privada tem como objetivo básico de sua atuação a valorização e expansão de seu capital, a empresa estatal (que não é capital) visa sobretudo fornecer os valores de uso para possibilitar a acumulação desse capital. Assim o Estado investe na siderurgia não porque essa atividade seja a mais lucrativa ou propicie a melhor "valorização" dos recursos em suas mãos, mas com o objetivo de fornecer ferro e aço para a indústria automobilística, metalúrgica, etc. O Estado investe na produção de amônia (Fábrica Nacional de Alcalis) porque essa matéria prima é imprescindível para a expansão da indústria petroquímica, e assim por diante. Essas empresas estatais tanto poderão ser instaladas mesmo que haja uma grande incompatibilidade entre as dimensões mínimas de sua planta e a estreiteza do mercado consumidor, (o que via de regra traduz-se em prejuízos) como podem operar com lucros à semelhança das empresas privadas. Mas isso pouco tem a ver com os supostos objetivos de "valorização" do "capital estatal" e apenas diz respeito às formas de captação e alocação dos recursos governamentais.

Senão vejamos: até meados da década de 60, a orientação da maior parte das empresas estatais brasileiras dava-se no sentido de fornecer produtos a preços subsidiados isto é, a preços que não lhes permitiam nenhuma ou quase nenhuma margem de lucratividade. Como a demanda de bens e serviços por elas produzidos continuou a crescer, havia a necessidade de prosseguir a expansão dessas empresas. Desde que elas não possuíam fontes próprias de recursos estes deveriam ser fornecidos pelo orçamento público.

De modo geral essa foi a forma de atuação que norteou o comportamento das empresas estatais brasileiras até meados da década de 60. Note-se, portanto, que o alto grau de endividamento e o déficit dessas empresas não

podem ser computados a título de ineficiência pois resultaram da orientação governamental no sentido de uma determinada forma de alocação de recursos.

A partir de 1964 essa orientação foi modificada e daí para frente boa parte das empresas estatais deixaram de ser deficitárias e adquiriram capacidade de auto expansão. As suas próprias operações passaram a ser as principais fontes de receita. Agora elas deveriam gerar um excedente que satisfizesse suas necessidades de expansão, em vista do atendimento do setor privado. Assim, as empresas estatais localizadas no setor de energia elétrica, química, siderúrgica e indústria de transformação em geral passaram a operar com lucros. O mesmo não ocorreu com as empresas de serviços de utilidade pública (águas, esgotos, etc.), empresas de transporte e com as empresas de comunicações, que continuaram tendo sua expansão financiada pelo governo.

Deve-se salientar mais uma vez que toda a expansão dessas empresas, seja as da indústria de transformação, seja as de utilidade pública, não foi suficiente para atender às necessidades da iniciativa privada.

Essa insuficiência de produção estatal ficou patente no período de aceleração da acumulação de capital, ocorrida entre 1968 e 1973, quando o Brasil teve de recorrer a crescentes importações de insumos básicos e de bens de capital.

Portanto, o fato das empresas estatais operarem com lucro, nada mais significa do que, ao invés do Estado fornecer os recursos (ou parte deles) para fomentar sua expansão, estas os obtem por meio de suas próprias atividades. É claro que nessas circunstâncias cria-se uma tensão entre o objetivo primordial das empresas estatais (fornecer bens e serviços para a sociedade a "bon marché") e sua necessidade de auto expansão (obter rendimentos para aumentar sua produção). Mas essa tensão possui pouco efeito prático sobre os grandes beneficiários da acumulação de capital.

Quais as consequências da mudança na estratégia de funcionamento das empresas estatais, verificada a partir de 1964? O que ocorre quando a expansão dessas empresas não mais advém dos recursos arrecadados pelo aparelho estatal, mas provém diretamente dos consumidores? Isso vai depender das características do mercado consumidor.

Se os produtos das empresas estatais são consumidos por pequenas e médias empresas, estas poderão ter seus lucros diminuídos à medida em que aquelas passaram a auto financiar sua expansão. Isso ocorre em virtude dessas empresas privadas de menor envergadura possuem pouco controle sobre os preços, tornando-se difícil o repasse dos custos adicionais (provenientes dos preços mais elevados dos produtos estatais) por meio dos mecanismos de preços. Assim, para essas empresas era mais vantajoso quando as empresas estatais cresciam a guisa de recursos governamentais e portanto a custos "socializados".

Mas no caso dos consumidores serem empresas monopolistas, o panorama fica diferente. A capacidade de controle que estas possuem sobre os

preços permite-lhes passar para a frente os encargos do financiamento da expansão estatal.

Assim, se as empresas monopolistas consomem produtos das empresas estatais, e estas últimas tem preços suficientemente elevados para permitir-lhes algum lucro, aquelas possuem às condições de transferir esses lucros para os segmentos concorrenciais e para o consumidor final.

As empresas estatais mesmo operando com lucratividade mantém taxas de lucro abaixo das monopolistas. Como se pode verificar no quadro abaixo, dentre as 5113 maiores empresas brasileiras, (em 1974) em termos de patrimônio líquido, as empresas estatais são as que detém a menor taxa de lucro.

AS 5113 MAIORES EMPRESAS * BRASILEIRAS — 1974

<i>Empresas</i>	(1)** <i>Patrimônio líquido em %</i>	(2) <i>Faturamento em %</i>	(3) <i>Participação sobre a massa de lucro</i>	(4) <i>Taxa de lucro: Lucro Liq. Patr. Liq.</i>	(5) <i>(2)/(1) Patrim. em %</i>	(6) <i>(3)/(1) % Massa lucro % do Patrim.</i>	(7) <i>No. de empresas em %</i>
Estatais	36,9	16,1	28,03	10,96	0,43	0,75	4,8
Nacionais	48,3	55,8	51,75	15,45	1,15	1,07	84,6
Estrangeiras ..	14,8	28,1	20,22	19,73	1,89	1,36	10,6

* — Não inclui instituições financeiras.

** — Capital + reservas.

FONTE — Revista Visão — Agosto 1975 — Quem e quem na Econ. Bras dados retirados dos balanços das empresas.

Segundo essa tabela as empresas estatais apresentaram uma taxa de lucro de 10,96% enquanto as empresas nacionais obtiveram 15,45% e as empresas estrangeiras 19,73%. Isso sem considerar que a taxa de lucro das empresas nacionais pode estar ligeiramente subestimada, haja visto a infinidade de recursos que essas empresas dispõem para isso, e o mesmo pode ser dito, com maior razão, para as taxas de lucro das empresas estrangeiras.

Por outro lado a relação Faturamento / Patrimônio Líquido das empresas estatais é duas vezes menor que o das empresas nacionais e quatro vezes menor que a das empresas estrangeiras, o que pode ser um indicativo de que os empreendimentos estatais requerem maiores volumes de capital por quantidade produzida.

Na verdade sabe-se que o Patrimônio das empresas estrangeiras esta ligeiramente subestimado pois, parte dos investimentos externos são

camufladas sob a rúbrica de empréstimos, em virtude das vantagens fiscais que daí provêm. Mas isso não chega a afetar a enorme diferença que existe entre a relação Faturamento/Patrimônio Líquido das empresas estatais e a das empresas estrangeiras.

O diferencial de lucratividade entre as diversas propriedades do capital (estatal, privado nacional e estrangeiro) permite inferir a hierarquia de preços que acarreta a transferência de valor entre os diversos segmentos produtivos do sistema econômico. Assim os lucros mais elevados das empresas estrangeiras indicam preços monopolistas que lhes permitem apropriar-se do valor criado nos outros setores produtivos. Como tem indicado trabalhos sobre o assunto,⁸ o capital estrangeiro operando no Brasil possui composições orgânicas do capital bastante elevadas e portanto tende a produzir relativamente menos valor que as empresas privadas nacionais que, em sua maioria, são de pequeno porte. Isso significa que, para as empresas estrangeiras existe uma grande diferença, entre preço de produção e o valor de seus produtos. Por outro lado as empresas nacionais de grande e médio porte possuem taxas de lucro acima das empresas estatais, o que significa que na realocação do valor propiciado pela fixação dos preços de produção, mesmo essas empresas situam-se no lado "receptivo", nos confrontos com as empresas estatais. Na verdade trata-se de um indicador que assinala apenas a possibilidade estar havendo transferência de valor produzido pelas empresas estatais para as empresas nacionais, compreendidas entre as 5113 maiores empresas operando no Brasil. A rigor dever-se-ia efetuar uma verificação empírica do valor produzido pelas empresas estatais porque, tendo em vista as altas composições orgânicas dessas empresas elas não tem muita capacidade de produzir valor. Mas dada a sua posição de monopólio no mercado, as empresas estatais poderiam adotar preços monopolistas, de modo a auferir altas taxas de lucratividade. Como se pôde observar isso não acontece pois a taxa de lucro dessas empresas situa-se em torno das taxas auferidas pelo grosso (em quantidade) das empresas nacionais. Deve-se ressaltar que a economia brasileira é formada por milhares de empresas de porte médio e sobretudo pequeno, que são responsáveis por cerca de metade da produção dessa economia. Naturalmente são esses segmentos concorrenciais que, em virtude de sua baixa composição orgânica, geram boa parte do valor apropriado pelas frações monopolistas do capital.

Dessa forma se houver alguma fração do capital que vai arcar com o financiamento dos empreendimentos estatais, será justamente a segmento concorrencial do capital, naturalmente desde que este não consiga transferir esse ônus para as larguíssimas costas dos trabalhadores brasileiros.

O liberalismo de preços que impera no Brasil concomitantemente à rigidez para cima dos salários, de acordo com os princípios monetaristas dos seguidores da escola de Chicago que tem ocupado as principais pastas ministeriais do setor econômico, provocando uma constante deterioração

da renda destinada ao trabalho, e proporcionando ao capital, especialmente à sua parcela monopolista, a sustentação de altas taxas de lucros.

O processo inflacionário que vem se verificando no Brasil, nos últimos anos, tem causado justamente um efeito de realocação de valor entre as diversas classes e frações de classes. Naturalmente essa inflação vai beneficiar, em primeiro lugar, as empresas monopolistas que possuem um maior poder de sustentação de preços. Em seguida situam-se os preços concorrenciais que, apesar de sua desvantagem em relação aos preços de monopólio, ainda conseguem uma posição privilegiada em relação aos salários, aproveitando-se do rígido controle governamental sobre as classes trabalhadoras e seu baixo nível de organização política.

Mas, na verdade não reina um liberalismo absoluto dos preços na economia brasileira. Já nos anos 50 ocorria o controle de vários gêneros alimentícios (pela COFAP — Comissão Federal de Abastecimento e Preços, mais tarde transformada em SUNAB — Superintendencia Nacional de Abastecimento) assim com das tarifas dos serviços de utilidade pública. Em 1968 foi criado o Conselho Interministerial de Preços com o objetivo de efetuar a fiscalização de preços de outros setores importantes da economia, não abrangidos pela SUNAB. É claro que especialmente as grandes empresas, possuem os meios de escapar desse controle, e assim este acaba recaindo sobre as pequenas e médias empresas. Além disso deve-se salientar que a CIP não possui o poder de fixar os preços mas a sua função é apenas aconselhar certas empresas a não ultrapassarem certos limites sob pena de ficarem sem o crédito das instituições financeiras do governo.

O Estado capitalista é, por natureza contraditório. Como Estado da burguesia tem de assegurar e favorecer a acumulação de capital e, como Estado soberano de toda nação, árbitro justo e guardião da ordem social ou da harmonia interclassista, deve camuflar o seu caráter de classe.

Para melhor exercer sua dominação, a classe dominante deve estar capacitada a erigir os seus interesses particulares nos interesses gerais da nação. Assim, o Estado, ao por em prática os interesses da burguesia, reveste-se de uma fachada de neutralidade que o torna, aos olhos de toda a sociedade, o defensor dos interesses da nação.

As coordenadas da dominação política, a força e o consenso, são equacionadas de acordo com a capacidade que tem a burguesia de fazer a sociedade aceitar os seus interesses.

Quanto mais a burguesia, através dos “aparelhos ideológicos” a sua disposição, conseguir o aval para o seu projeto de organização da sociedade e portanto governar por consenso, tanto maior será o grau de mistificação do Estado.

Quanto mais o caráter de classe da dominação burguesa vir a tona, pelo despontar da consciência das classes dominadas, tanto mais, na equação da dominação, a tônica recairá no elemento força.

A forma particular que assume o Estado capitalista não é a mera expressão dos interesses da burguesia ou de sua fração dominante mas é o resultado concreto da correlação de forças entre a pugna de interesses das classes em confronto.

Quando se configura uma crise política, isto é, quando o projeto político de burguesia não encontra legitimação e portanto esta não consegue exercer a hegemonia, o Estado é obrigado manter a ordem burguesa pela força, deixando a nua sua natureza de classe. Nessas circunstâncias os mecanismos ideológicos de sustentação do consenso perdem a primazia para os mecanismos represivos da dominação.

O Estado burguês, não é redutível a mero instrumento de dominação do capital pois, como síntese dos interesses em oposição e como aparato burocrático independente adquire uma certa autonomia em face das classes dominantes. Assim o aparato estatal não é necessariamente composto por homens diretamente vinculados as classes dominantes em termos de interesses econômicos e origem de classe. Para que o grupo dirigente, que compõe o aparato estatal, se torne representante de uma determinada classe, basta haver a identidade ideológica entre eles isto é, basta que a facção dirigente compartilhe os pontos de vista e objetivos dessa classe. Portanto as classes dominantes não precisam transmitir seus interesses por ordem direta se bem, na maioria das vezes, isso ocorra, mas podem fazê-lo acionando as baterias ideológicas a sua disposição.

Essa forma específica de comunicação dos interesses da facção dominante da sociedade civil para a sociedade política, e a natureza específica do aparato estatal, vale dizer sua composição heterogênea em termos da origem de classe, suas características de órgão burocrático e sua fachada de árbitro da nação, dotam a facção dirigente de uma relativa autonomia em face das classes dominantes.

A autonomia estatal pode acentuar-se nos regimes políticos onde a base do domínio estatal sustenta-se sobretudo na coerção, relegando a legitimação para plano secundário. É o que ocorre quando as Forças Armadas, o braço armado do poder estatal, tornam a si o poder político. Assim quando a instituição que detém o monopólio da violência coloca o exercício do governo nas mãos de uma burocracia militar, o aparato estatal fica investido de uma maior autonomia em face das classes dominantes. Nessas circunstâncias a burocracia militar que exerce a direção possui uma base própria de sustentação que não pertence a sociedade civil: a corporação militar.

A consubstanciação da dominação burguesa monopolista no Brasil, que dura a mais de 12 anos, deu-se justamente pela delegação do exercício da direção política às instituições militares do país.

A entrada dos quartéis na cena política se bem garantiu a manutenção da ordem burguesa e a prevalência dos interesses de sua facção privilegiada, passou a ser motivo de preocupação para as classes dominantes em virtude da nova autonomia do aparato estatal. Mesmo reconhecendo

a necessidade de dominar pela força a burguesia monopolista não perdeu de vista a necessidade de manter o aparato estatal sob controle.

Assim, durante mais de uma década de autoritarismo militar, os portavozes das classes dominantes não cessaram de fazer alusões aos mecanismos democratizantes que deveriam ser reestabelecidos assim que se apresentassem as condições de “segurança” e “estabilidade” imprescindíveis para tanto. Nos períodos de arrefecimento da pressão oposicionista, os representantes das facções monopolistas, auxiliados pelo câro dos liberais republicanos, passavam a propor tímidas medidas de institucionalização. Mas o medo de uma efervescência social que pudesse comprometer a “estabilidade” do país falava mais forte. Ocorre que a burguesia operando no Brasil ficara traumatizada com a mobilização popular dos governos anteriores ao putsch de 64 e estava disposta a pagar o preço da garantia de tranquilidade do país.

Durante o governo Médici (1969-74) quando o regime militar adquire as suas feições mais autoritárias e as taxas de acumulação de capital atingem o seu nível mais elevado, ocorre uma grande coesão entre os parceiros do bloco do poder que, sob a liderança do grande capital, traduzia-se num controle satisfatório do aparato estatal. Abria-se mão de maior institucionalização do regime em nome da garantia de maior segurança e estabilidade. Porém, o afloramento de sérios problemas econômicos e a rápida desaceleração das taxas de crescimento, ainda durante esse governo, modificaram esse cenário, pondo em xeque o pacto entre as facções dominantes.

À medida em que vêem a tona sinais de uma crise econômica em gestação, rompem-se os laços que davam solidez ao bloco do poder e põem-se em evidência as divergências de interesses entre as várias frações do capital. Diante disso, parcela significativa da fração monopolista da burguesia vai procurar reformular as regras do jogo do poder de modo a ocupar melhores posições, para fazer frente às mudanças ou readaptações que as dificuldades econômicas requeriam. A aproximação de um período de vacas magras faz com que os setores monopolistas procurem certificar-se de que os prejuízos que por ventura advenham recaiam nas costas de seus parceiros menores.

Além disso trata-se de se acautelar em relação às surpresas que podem advir de um aparato estatal com boa dose de autonomia e cuja composição militar esta longe de ostentar uma homogeneidade ideológica, apesar da supremacia da corrente ideológica a favor do grande capital.

Se durante o governo Médice, a bandeira da “segurança e desenvolvimento”, empunhada pelos chefes militares que tomaram a si o exercício do poder político, recebia o apoio de boa parte das facções dominantes (pois todos lucravam com a grande “prosperidade”) a aproximação da crise tornam essas palavras de ordem passíveis de retificação.

Em primeiro lugar as altas taxas de acumulação começaram a despençar comprometendo o “desenvolvimento”. Em segundo lugar a grande burguesia monopolista passou a temer que um excesso da “segurança”

se voltasse contra ela própria, fechando-lhes as vias de manipulação do aparato estatal, num momento de sérias decisões e reformulações.

Nesse contexto quais as perspectivas que se configuram para o grande capital operando no Brasil?

A natureza dos problemas económicos não deixa dúvidas quanto à responsabilidade que essa fação da burguesia detem no tocante às graves distorções afloradas no sistema económico. Só para citar as mais óbvias, o endividamento do país crece em bola de neve, causando sobretudo pelos déficits da balança comercial e da balança de serviços, o primeiro devido às vultuosas importações de bens de capital e insumos básicos e o segundo por causa de fabulosa remessa de lucros, royalties, pagamentos por importação de assistência técnica, juros, etc.

Na verdade o país colhe os frutos de um desenvolvimento irracional e de carácter espoliatório, onde o grosso dos recursos disponíveis vem sendo utilizados para propiciar a acumulação dos grandes monopólios. Estes, por serem quase todos estrangeiros, geram um grande fluxo de riquezas para fora do país, utilizando-se dos inúmeros canais de transferência que vão desde as formas oficiais postas a sua disposição pela legislação brasileira até às várias alternativas de camuflagem que possuem as grandes corporações transnacionais.

A presença de filiais dessas corporações em países desenvolvidos e subdesenvolvidos tem sido, na atualidade, o objeto de inúmeros estudos cujos resultados, salvo suspeitas excessões, convergem para a conclusão de que tais empresas provocam uma imensa drenagem de divisas dos países onde atuam. Mas não cabe, nos limites deste trabalho, uma análise exaustiva dos inúmeros vasos comunicantes que possuem entre si as várias empresas de uma mesma corporação.

Dentre as principais práticas de transferência cabe destaque, no caso brasileiro, além da própria remessa de lucros e dividendos, o pagamento de assistência técnica e royalties,⁹ a remessa de juros, parte dos quais incide sobre empréstimos contraídos pelas filiais das próprias matrizes e que não passam de investimento disfarçado.¹⁰ Finalmente cabe mencionar os lucros que são transferidos por intermédio do sub e do sobre-faturamento. Infelizmente são grandes as dificuldades para se dimensionar as quantias expatriadas dessa maneira, mas basta atentar para o volume significativo de importações a cargo de boa parte das empresas estrangeiras radicadas no Brasil, para se ter uma idéia de seu montante.

O efeito de descapitalização que produzem as empresas estrangeiras pode ser ilustrado pela atuação de 11 filiais de corporações transnacionais classificadas entre as maiores dos vários setores produtivos da economia brasileira (Vide Tabela I). Como se pode observar essas empresas em conjunto remeteram para fora do país, nos últimos 10 anos, um volume de capital 7 vezes maior do que troxeram, deixando um saldo negativa de mais de meio milhão de dólares. Deve-se salientar que esses cálculos referem-se apenas aos lucros oficiais, não computando os que sa em do país por intermédio de exportações e importações (que como

se pode verificar são muito altas para quase todas elas), ou por meio de juros.

Além disso, a tónica na produção de bens de consumo duráveis (o setor preferido pelas empresas estrangeiras) determinou uma alocação de recursos que castrou o crescimento dos outros setores produtivos (salvo ramos industriais diretamente vinculados ao seu efeito multiplicador) provocando sérias distorções na estrutura econômica do país. Nesse "modelo de desenvolvimento" não houve lugar, por exemplo, para a expansão do setor de bens de capital, onde opera parcela significativa do empresariado brasileiro. Esse tipo de desenvolvimento acarretou pois um aumento do grau de dependência do país representado pelo crescimento da participação das importações de bens de capital na oferta interna desses produtos e pelo pouco desenvolvimento tecnológico vinculado à pouca importância da indústria nacional de máquinas e equipamentos.

Os laços de dependência tendem a se estreitar em face da elevação das taxas de crescimento, quando as distorções já existentes vão se acentuando.

Assim o período de grande expansão econômica verificado entre 1968 a 1973 e que foi batizado de "milagre brasileiro" fez-se à custa seja de grandes importações de bens de capital e insumos básicos seja em função da elevação da dívida externa do país. A parte o fato que as altas taxas de crescimento, que estiveram em torno de 10% ao ano no período mencionado, foram devidas, em grande medida à grande liquidez internacional (especialmente a partir dos anos 70) que ensejou a entrada de vultuosas somas de capitais, especialmente especulativos, houve uma sensível elevação dos investimentos de risco estrangeiros que, em 1973 e 74 foram da ordem de dois bilhões de dólares (perfazendo quase 30% de todo o investimento estrangeiro registrado oficialmente no Brasil).

Para contrabalançar o crescente volume de importações o governo brasileiro passou a conceder inúmeros incentivos às exportações, ampliando uma nova forma de evasão de riquezas para fora do país. De fato a secular tendência à deterioração dos preços dos produtos brasileiros colocados no mercado internacional (dos quais mais de 60% são produtos primários) aliada à prática de preços subvencionados, para permitir a competitividade de alguns produtos, traduziu-se num novo fluxo de valor para o exterior. Assim alguns produtos brasileiros chegaram a ser colocados no mercado externo a preços abaixo de seu custo graças a esse regime de subvenções.

Apesar dos generosos incentivos concedidos à exportações (principalmente a partir do governo Médice) a balança comercial continuou apresentando tendências deficitárias atingindo os valores negativos de 4,690 milhões de dólares em 1974 e 3514 milhões de dólares em 1975 (vide tabela II — Balanço de Pagamentos).

Se o crescimento das importações do Brasil teve a ver com a chamada crise do petróleo, esta longe de se esgotar nela como pretende e interpretação oficial. De fato a participação dos bens de capital na pauta de importações se manteve em torno de 30% antes e depois da brusca elevação

dos preços do petróleo e, em 1975 atingem a cifra de aproximadamente 4 bilhões de dólares.

Por outro lado a balança de serviços, um dos termômetros da evasão de divisas do país, acusava, em 1975, um saldo negativo de 3,560 milhões de dólares, dez vezes mais do que o déficit apresentado em 1965. As dimensões atingidas por esse déficit (que aumentou 35% de 1972 para 73, 50% de 1973 para 74 e 45% de 1974 para 75) devem-se sobretudo ao pagamento de juros que refletem a necessidade de endividamento do país, em vista do grande fluxo de divisas em sentido contrário. De fato, sem esquecer que parte desses juros constituem lucros disfarçados, faz-se necessário contrabalançar continuamente o déficit do balanço de pagamentos por intermédio de financiamentos do exterior. Apenas nos últimos dois anos o Brasil recebeu financiamentos da ordem de 10 bilhões de dólares que mal foram suficientes para arrefecer o déficit do balanço de pagamentos que, nesse mesmo período, atingiu os 2 bilhões de dólares, diminuindo as reservas de país. Dessa forma a dívida externa brasileira se aproximava, em 1975, a duas dezenas de bilhões de dólares, prometendo ganhar maiores proporções no ano em curso.

A sangria de riquezas do país atingiu proporções tão elevadas que começa a arranhar o fundo do poço e ameaça comprometer a acumulação de capital como um todo, mergulhando-o numa séria crise econômica.

Em 1975 o crescimento do Produto Interno Bruto foi de apenas 4% que, deduzida a taxa de expansão demográfica de 2,9%, resulta num crescimento real de apenas 1,1%, mostrando que o santo do "milagre brasileiro" foi aposentado.

Desde que eos pontos de estrangulamento da economia brasileira estão nitidamente delineados e apontam naturalmente (dentro da lógica capitalista) para soluções do tipo desenvolver a produção interna de bens de capital ou ampliar o mercado interno,¹¹ de modo a promover o escoamento dentro das fronteiras do país, de manufaturas exportadas (que a partir de 73, diante da recessão dos principais países capitalistas, encontram dificuldades de colocação), enfim, do momento em que a superação de certos entraves econômicos, que tendem a comprometer a acumulação como um todo, parece apontar para uma realocação de recursos de modo a prejudicar os setores mais favorecidos nos últimos anos, vale dizer o capital estrangeiro e alguns monopólios nacionais, é razoável que estes procurem acumular energias para influir nessa readaptação do "modelo de desenvolvimento".

É isso que explica o fato de que os porta-vozes mais credenciados do capital estrangeiro no Brasil, como o ex-ministro plenipotenciário Roberto Campos (atualmente embaixador em Londres, junto a Wall Street), iniciaram uma campanha para a modificação no regime brasileiro, a partir de meados do governo Médici. Finalmente o projecto de distensão política surge como bandeira oficial do governo Geisel, que assume o poder em março de 1974. Essa nova proposta política, se é vaga em termos de feições concretas que deva assumir, esta circunscrita a um raio de ação

que não admite ser ultrapassado. O projeto distensionista preconiza um aumento do grau de institucionalização do regime de modo a tornar o aparato estatal mais permeável à influência das classes dominantes. Mas não se trata, por exemplo, de uma institucionalização indiscriminada onde se acionassem os mecanismos de poder das democracias liberais burguesas.

A “abertura política” preconizada possui um limite bem definido; esta não poderá atingir o grosso da população, restringindo-se às chamadas “elites” do país, vale dizer à facções dominantes. Quando muito as classes populares poderão ser convidadas a uma participação passiva através do simples aval ao partido do governo.¹²

Uma das primeiras medidas distensionistas do governo Geisel foi diminuir a censura à imprensa (constituída principalmente pelos grandes jornais, porta-vozes do grande capital) ampliando assim a influência desta sobre a “opinião pública” e principalmente sobre o próprio aparato estatal. Tão logo a “grande imprensa”¹³ se viu aliviada da pressão dos censores, empreendeu maciça campanha contra a intervenção estatal na economia, chamando a atenção para o surgimento do “socialismo estatal”. Fazem côro nessa campanha, ao lado de boa parte das associações patronais, representantes de destaque dos interesses do grande capital monopolista como os ex-ministros Otávio G. Bulhões, Eugenio Gudim e o ex-superministro da fazenda (de 1967 à 74) Delfin Neto, irmanados na defesa da livre iniciativa que estaria ameaçada pelo espectro estatal.

Os novos “pseudo liberais” sustentam que para se garantir o liberalismo econômico é preciso haver um mínimo de liberalismo político. Naturalmente não se está reivindicando a adoção do liberalismo econômico que imperava na Inglaterra durante a revolução industrial (aliás nunca houve esse tipo de liberalismo no Brasil) trata-se apenas de enfraquecer a ingerência estatal em certos assuntos que dizem respeito às grandes empresas estrangeiras.

A primeira vista parece curioso que homens como o Sr. Delfin Neto, um dos principais artífices do padrão de acumulação em curso e portanto incentivador de maciça intervenção estatal na economia e da forma autoritária de regime, passem a preconizar a liberalização política.

Sucedendo que, diante de uma aproximação de crise econômica os setores monopolistas passam a temer o perigo em potencial representado por um setor estatal com amplo papel na economia, sob controle de um regime autoritário que possui boa dose de autonomia em virtude de sua composição militar. Mesmo que nesse aparato estatal prevaleça a tendência ideológica de acordo com o padrão de acumulação em vigor, isto é, favorável à produção de bens de consumo duráveis e ampla participação de capitais externos, existem outras tendências (principalmente nas Forças Armadas) que, em certas circunstâncias, podem se fortalecer ganhando novas bases sociais de apoio (alguma facção do capital nacional, por exemplo).

Dado que a ideologia da "grande imprensa" se identifica amplamente com os interesses do grande capital, um dos principais objetivos do projeto distensionista é expor o aparato estatal ao fogo das baterias dessa imprensa e por meio dela deixar falar às associações patronais que defendem esses mesmos interesses. Isso significa sobretudo subordinar as empresas estatais a um controle mais rigoroso de modo a que não se desviem de seu papel de coadjuvantes da acumulação privada ou, mais remotamente, que puguem alguma peça a la peruana. Para que isso ocorra é preciso fazer modificações no regime de modo a tornar esse aparato estatal mais suscetível às demandas da "opinião pública" (leia-se Grande Imprensa) e aos representantes das elites (isto é da grande burguesia ou seus arautos). Em poucas palavras trata-se, através de um mínimo de institucionalização ou liberalização política, de diminuir o grande potencial de autonomia do aparato econômico sob as rédeas do Estado.

As primeiras medidas distensionistas demonstraram sua eficácia pois, a campanha anti-estatizante deflagrada pelos grandes jornais logo reverteu em solícitas providências e justificativas dos governantes. Nesse sentido o estado pôs em prática algumas medidas restritivas às empresas sob seu controle tais como: a necessidade de autorização da presidência da república para a criação das novas subsidiárias ou para a execução de projetos fora de sua área normal; a proibição de aumento do capital social com recursos da Bolsa de Valores até a fim de 1975 (medida esta que ainda vigora) e finalmente essas empresas passaram a pagar imposto de renda.

E assim o velho Adam Smith foi desenterrado sob exaltação da livre iniciativa e a condenação da intromissão estatal. Mas não é difícil descobrir a quem interessa reviver o velho economista inglês numa estrutura de cômico monopolista, onde um punhado de empresas com o respaldo dos grupos econômicos a quem pertencem (geralmente corporações transnacionais), dominam os setores mais dinâmicos da economia. Dessa forma é preciso atentar para o tipo de liberalismo que se preconiza. Reivindica-se a não discriminação entre empresa nacional e empresa estrangeira, como começou a ser feito, mesmo que timidamente, no governo Geisel. Fes-se oposição a todo protecionismo e a certo tipo de regulamentação como a ampliação do controle de preços pelo Conselho Interministerial de Preços, que pode prejudicar os preços monopolistas. Não interessa ao grande capital monopolista (prevalentemente estrangeiro) que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico favoreça as empresas nacionais assim como também não vê com bons olhos que o governo brasileiro obste a transferência de empresas nacionais para o seu controle, como ocorreu algumas vezes também no governo Geisel.

Assim se bem o II Plano Nacional de Desenvolvimento (o plano econômico do governo Geisel) não tivesse nenhum intuito de modificar o padrão de acumulação em curso, certas mudanças por ele contempladas passaram a preocupar os representantes do grande capital. Na verdade

se boa parte do II PND deveria permanecer nas intenções, não podiam ser ignorados os pontos de estrangulamento mais óbvios do sistema econômico, especialmente aqueles que diziam respeito à acumulação como um todo. Por isso II PND não deixou de mencionar a necessidade de incrementar a produção local de bens de capital e insumos básicos com o fato de diminuir o volume de importações desses produtos.

Os empresários brasileiros de setor de bens de capital¹⁴ não se fizeram de rogados em aproveitar os ventos favoráveis. A própria liberalização da imprensa e a simpatia do Ministério da Indústria e Comércio do governo Geisel contribuíram para que os tradicionalmente apáticos empresários brasileiros no tocante a questões de interesse nacional, passassem a se manifestar, reivindicando um lugar ao sol.

De uns 5 anos para cá um punhado de grandes empresas brasileiras do setor de bens de capital vem ganhando terreno em relação a seus parceiros estrangeiros. Estes que em 1970 possuíam mais de 70% do patrimônio líquido das 20 maiores empresas do setor em 1974 não participavam em mais de 50% desse patrimônio. Se ainda não está claro porque as subsidiárias dos grandes cartéis internacionais se deixaram passar a perna pelas empresas nacionais, existem pistas que apontam para a balança comercial. Parece que os grandes produtores de bens de capital preferem exportar máquinas e equipamentos a partir de suas matrizes ao invés de produzi-las nas suas subsidiárias instaladas no Brasil. É supérfluo dizer que as exportações são mais rentáveis que a produção local. Assim, apesar das altas taxas de crescimento do setor devidas sobretudo às empresas nacionais, elevou-se a participação das importações na oferta total de bens de capital de 21,9% em 1966 para 36,3% em 1973, indicando um aumento do grau de dependência do país.

Nesse contexto favorável os representantes de uma parcela da emergente burguesia monopolista brasileira (Bardella, Romi, Villares, etc.), se apossaram da Associação Brasileira Para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB),¹⁵ e passaram a tirar proveito das tribunas que lhes foram ofertadas pelas circunstâncias. Assim multiplicaram-se os pronunciamentos dessa entidade e de seus expoentes nos meios de comunicações. Note-se que não se trata de hostilizar diretamente o capital estrangeiro em algum tipo de campanha nacionalista mas de reivindicar um quinhão maior dos recursos financeiros do país. Em outros termos o setor nacional de bens de capital começou a pressionar para haver uma realocação de recursos que lhes propiciasse maiores taxas de crescimento e que portanto poderia causar a diminuição do fabuloso ritmo de expansão do setor de bens de consumo duráveis.¹⁶

Por outro lado as empresas brasileiras de bens de capital passaram a exigir do governo um a demanda mais estável para seus produtos. Tai reivindicação torna-se viável em virtude de ser o próprio Estado o maior consumidor de máquinas e equipamentos e por isso um dos grandes responsáveis pelo vulto das importações de tais produtos.

Essas empresas estatais, que costumam obter financiamento no mercado externo, acabam desviando sua demanda de bens de capital para o exterior em virtude das condições que lhes são impostas pelas grandes instituições financeiras internacionais. Estas, via de regra, vinculam seus financiamentos à aquisição de máquinas e equipamentos dos grandes cartéis internacionais, ou exigem que tais aquisições sejam submetidas à concorrência internacional, o que dá no mesmo pois, como é desnecessário dizer, os grandes cartéis internacionais sempre podem conceder vantagens adicionais em relação às incipientes empresas nacionais. Alia-se a isso o fato de que as empresas estatais possuem uma política de aquisição de bens de capital no estrangeiro. Assim, assiste-se a o paradoxo de firmas brasileiras do setor operando com capacidade ociosa enquanto se verificam importações de produtos similares.

Ve-se pois que a simples transferência para o mercado interno da demanda de bens de capital que é desviada para o exterior¹⁷ seria suficiente para garantir a ampla expansão da indústria nacional. Isso implicaria numa articulação entre as empresas estatais e o setor nacional de bens de capital que poderia sugerir sérias mudanças no padrão de acumulação em vigor, em detrimento do capital monopolista estrangeiro. Deve-se ressaltar que nem a ABDIB e nem os empresários nacionais do setor tomaram parte da campanha anti-estatizante. Pelo contrário houve mesmo declarações de apoio.

Vimos pois como a aproximação de uma crise econômica acarretou o rompimento do pacto político entre as classes dominantes e fez com que as divergências entre as facções do capital, minimizadas pela conjuntura anterior de grande prosperidade, ganhassem relevo.

Nessas condições surge uma fração da burguesia monopolista local, cujas reivindicações se coadunam com alguns dos possíveis remédios para a superação dos entraves e distorções aflorados no sistema econômico brasileiro. Essa nova fração do capital nativo com ambições hegemônicas, localizada no setor de bens de capital, ganha força de barganha em face das circunstâncias e não pode ser desprezado pelo poder constituído. Porém não se pode esquecer os laços de dependência que vinculam a economia brasileira à acumulação capitalista em escala mundial e que atinge até mesmo essa fração da burguesia. De fato se ela está entre os segmentos do capital nativo que menos vínculos possui (em termos de associação direta) com o capital estrangeiro, é deste último que obtém a sofisticada tecnologia que utiliza.

Se bem seja pouco provável a emergência de algum tipo de nacionalismo excludente em relação ao capital estrangeiro podem ocorrer mudanças na correlação de forças entre capitais nacionais e estrangeiros de modo a prejudicar estes últimos.

Mas não se deve superestimar as possibilidades de fortalecimento dessa facção da burguesia nativa pois além desta não constituir a parte mais substancial da burguesia brasileira (quase toda comprometida com o capital estrangeiro) tem poucas possibilidades de influir numa rever-

TABELA I
SALDO DE CAPITAIS — 1965, JULHO DE 1975 — EM US\$ MILHOES

<i>E m p r e s a</i>	(1) <i>Investimento</i>	(2) <i>Reinvestimento</i>	(3) <i>Lucros e dividendos remetidos P/O exterior</i>	(4) <i>Gastos com importação de tecnologia</i>	(5) <i>Saídas de capital (3)+(4)</i>	(6) <i>Saldo de (1)—(5) (—) negativo</i>	(7) <i>Importações efectuadas em 1977</i>
Volkswagen	75,4	71,8	70,6	208,5	279,1	—203,7	146,8
Rhodia	0	73,3	39,9	20,7	60,6	— 60,6	88,4
Esso	0	10,2	44,5	0	44,5	— 44,5
Pirelli	8,3	20,9	45,1	19,8	64,9	— 56,6	98,8
Firestone	0	16,8	48,1	2,1	50,2	— 50,2	35,6
General Eletric	0,1	16,3	19,4	4,3	23,7	— 23,6	30,5
Souza Cruz	0,1	90,6	81,3	1,0	82,3	— 82,2	15,9
Johnson & Johnson	0	26,4	17,0	5,7	22,7	— 22,7	10,7
Anderson Clayton	1,0	6,2	16,8	0	16,8	— 15,8
Light	26,2	74,1	114,7	0,6	115,3	— 89,1	43,3
Philips	1,7	45,0	5,0	9,4	14,4	— 12,7	59,2
TOTAL	112,8	451,6	774,5	—661,7	524,2

FONTES: Banco Central do Brasil e Cacex.

TABELA II
BALANÇO DE PAGAMENTOS 1968/75 (US\$ MILHOES)

<i>Discriminação</i>	68	69	70	71	72	73	74	75 *
I—Balança comercial	26	318	232	—341	—244	—7	—4690	—3514
Exportação-FOB	1881	2311	2739	2904	3991	6199	7951	8655
Importação-FOB	1855	1993	2507	3245	4235	6192	12641	12169
II—Serviços	—556	—630	—815	—980	—1250	—1664	—2462	—3560
III—Transferencias liquidas ..	22	31	21	14	5	27	1	18
IV—Transações correntes (I+II+III)	—508	—281	—562	—1307	—1489	—1688	—7122	—6920
V—Capital	541	871	1015	1846	3492	3512	6254	5985
A—Investimentos (Líquidos)	61	177	132	168	318	940	887	810
B—Emprést. e Fin. Ext...	359	755	791	1559	3195	2467	5089	5003
VI—Erros e omissões	1	41	92	9	436	355	68	160
VII—Superávit (+) ou déficit (—) (IV+V+VI)	+32	+549	+545	+530	+2439	+2179	—936	—1095

FONTE: Balança de Pagamentos do Brasil.

* — Dados preliminares.

são do regime político em seu proveito. É pouco provável, por exemplo, que esse segmento das classes dominantes sugira um projeto político de mobilização popular pois a burguesia brasileira em geral sofre de “traumas de populismo”. Além de que essa nova proposta encontraria sérias resistências no seio das Forças Armadas as quais tem encontrado sua principal força unificadora no pacto contra “subversão” e a “instabilidade” social. Esse projeto “popular” implicaria em concessões distributivas que poderiam ocasionar as quedas nas taxas de exploração em geral e ganhariam a oposição aberta de boa parcela do empresariado nacional.

Por outro lado é de se esperar que haja um novo interesse do capital estrangeiro pelo setor de bens de capital, afim de se aproveitar dos novos incentivos concedidos pelo governo e par não deixar lugar para as empresas brasileiras do setor que estão em franca expansão. Nessas condições o segmento nacional desse setor vai sofrer dura concorrência em nítidas condições de desvantagem, que só poderão ser minimizadas por uma eficaz ação do Governo. É justamente contra essa interferência estatal que o capital estrangeiro procura se precaver tentando impor um liberalismo econômico e deixando o aparato estatal mais exposto a influência de suas baterias ideológicas.

São Paulo, Abril de 1976

- 1 Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1952 que se tornaria a maior instituição de financiamento industrial; criação do Banco do Nordeste em 1954; expansão do Banco do Brasil; criação de vários bancos estaduais de desenvolvimento; criação do Banco Nacional da Habitação em 1965, para financiar construções residenciais; transformação da Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC) em Banco Central em 1965, etcétera.
- 2 Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais.
- 3 Baer, Werner; Kerstenetzky, Isaac e Villela, Anibal. As modificações no papel do Estado na Economia Brasileira — in Pesquisa e Planejamento Econômico — IPEA Dezembro de 1973 — pág. 904.
- 4 Baer, Werner e outoros —op. cit. pág. 905— Segundo esse estudo a relação despesas do governo/PNB ultrapassa os 40% na Suécia, atinge 38% na Holanda e Noruega e, no Brasil, se aproxima aos Estados Unidos, França, Reino Unido e Cnaadá.
- 5 Governo Getulio Varas de 1950 a 1954.
- 6 Como veremos adiante o tipo de dependência engendrada pela atuação dos monopólios estrangeiros, exige uma grande entrada de recursos para contrabalançar o fluxo de divisas que deixa constantemente o país.
- 7 Naturalmente, ao cumprir essa tarefa, o investimento estatal provoca um forte efeito multiplicador sobre toda a economia, tornando-se um dos grandes responsáveis pelas taxas de crescimento econômico brasileiro nos últimos dos anos.
- 8 Ver a respeito Fernando Fajnzylber, Sistema Industrial e Exportação de Manufaturados — Análise da Experiencia Brasileira, IPEA/INPES Relatório No. 7 — Rio de Janeiro, e Carlos Von Doellinger e Leonardo C. Cavalcanti em Empresas Multinacionais na Industria Brasileira IPEA/INPES Rio de Janeiro — 1975.

- ⁹ Que incidem, via de regra, sobre uma tecnologia que já foi totalmente amortizada na matriz e portanto possui um custo zero para a corporação.
- ¹⁰ Isso se deve ao fato de que, pela legislação brasileira e mais conveniente manter investimentos sobre a rubrica de empréstimos pois, além da remessa de juros sofrer uma taxa inferior á remessa de lucros, esses juros são contabilizados como despesas da empresa, diminuindo se assim o seu lucro oficial e consequentemente o imposto de renda que incide sobre ele.
- ¹¹ Onde ocorre uma forte concentração de renda, resultado das políticas salariais e da pouca força política das classes populares.
- ¹² Existem no Brasil dois partidos políticos oficiais sendo que a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) representa o governo enquanto o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) constitui a oposição oficial.
- ¹³ Constituída principalmente pelos jornais: O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, etcétera.
- ¹⁴ Trata-se de um punhado de empresas que estão atingindo as proporções de monopólio.
- ¹⁵ Uma das associações patronais de maior voz ativa na atualidade.
- ¹⁶ A indústria automobilística, por exemplo, vinha crescendo nos últimos anos (até 74) a uma taxa média anual superior a 15%.
- ¹⁷ As importações brasileiras de bens de capital foram de 4 bilhões de dólares em 1975.